

# E por que não?

A Asfoc-SN, entre outros objetivos, atua na manutenção e na defesa das instituições democráticas e das organizações populares brasileiras. Integram também a missão do Sindicato a defesa da qualidade do serviço público e a promoção da integração do movimento sindical com outros movimentos da sociedade civil organizada.

Por outro lado, a Fiocruz, instituição que cotidianamente construímos, trabalha com um conceito de saúde adotado pela OMS que define que saúde não é só ausência de doença, mas um conjunto de fatores que inclui bem-estar físico, mental e social. Um conceito que compreende também a ausência do medo. Medo da miséria, do desemprego, da violência. Medo das incertezas. Medo do futuro.

A missão institucional - aprovada no congresso interno - é zelar pelo fortalecimento do SUS e por todas as medidas capazes de contribuir para a promoção da saúde e para a redução das desigualdades sociais em prol de uma cidadania ampla e efetiva.

O trabalho do servidor da Fiocruz está entre aqueles de elevada significação social e expressiva importância estratégica para a defesa da cidadania, da soberania e do desenvolvimento econômico inclusivo. Produzimos políticas públicas, análises e ciência e tecnologia voltadas para as demandas sociais e para a alavancagem do potencial do país no cenário internacional. Nesse sentido, defendemos que qualquer projeto de desenvolvimento adotado pelo país tenha o bem-estar da sociedade como objetivo central.

A Asfoc-SN defende o avanço científico e tecnológico como um direito da sociedade brasileira e como fator imprescindível à manutenção da soberania e da autonomia nacional. Defendemos, portanto, um Estado que tenha como finalidade precípua a defesa da vida, que seja promotor da paz e de um processo civilizatório. Um Estado democrático e soberano que tenha como projeto de país a busca por um modelo de desenvolvimento que seja inclusivo, ambientalmente sustentável e socialmente responsável. Um modelo que não abandone ninguém. Um modelo distante da lógica do individualismo, baseado nos valores da solidariedade e do acolhimento.

Todos nós, individualmente, valorizamos a luta por um meio ambiente melhor. Todos nós defendemos a igualdade de condições e oportunidade para todos. Todos nós defendemos um país que seja justo e tenha uma qualidade de vida condizente com a dignidade humana. Os empresários, por estratégia de marketing ou adesão sincera, também valorizam o que se convencionou chamar de responsabilidade social da empresa. As federações patronais igualmente defendem a participação política - expressa na bandeira da responsabilidade social ou na luta por interesses corporativos - como uma prática legítima. Empresas, federações e sindicatos patronais lutam por um projeto de país que seja o mais adequado à sua visão de mundo. Para tanto apoiam partidos políticos, candidatas e causas que julguem ser justas ou que atendam aos seus interesses. Até aqui parece que estamos todos de acordo. O problema começa quando falamos de participação política de um sindicato não patronal. Parece que estamos diante de uma barreira de valores que só reserva à representação patronal a legitimidade da participação no mundo da política. Este último segmento conta com o apoio de amplas camadas da opinião corrente quanto ao seu direito de discutir os rumos do país ou de fazer lobby para obter direitos ou vantagens corporativas.

Por que, na visão de alguns, um sindicato de trabalhadores não pode debater os destinos do país? Que razões são apresentadas para vedar a participação de um sindicato de trabalhadores na política geral do país. Não somos cidadãos de segunda classe nem, muito menos, instituições subalternas e subservientes impedidas de ingressar no circuito da Política com P maiúsculo. Representamos a força de trabalho do país e temos muito a dizer sobre os rumos que ele deve tomar. Temos responsabilidade social e apostamos na lógica da solidariedade. Atuamos em conjunto com outros sindicatos, associações, fóruns, federações, confederações e centrais sindicais. Assim como as organizações patronais, temos o direito de nos associar a movimentos sociais e defender bandeiras de luta da sociedade

civil. Temos o direito de lutar por democracia e justiça. Temos o direito de lutar pela soberania de nosso país. Temos o direito de lutar pelo projeto de Brasil que queremos.

A história da Fiocruz mostra que a instituição cresceu justamente nos períodos em que ela se colocou no centro do debate nacional. Nos períodos em que ela apresentou propostas de rumos para o país. Quando ela apresentou um diagnóstico de situação e se colocou como parte da solução dos problemas encontrados. Foi assim com a primeira geração comandada por Oswaldo Cruz. Foi assim com a gestão de Vinicius da Fonseca. Foi assim com Sergio Arouca e tem sido assim nos últimos anos. Conquistamos a condição de interlocutor respeitado por ter o que falar. Temos o reconhecimento da população e o respeito do mundo acadêmico e científico do país e do exterior. Somos reconhecidos como uma cidadela de defesa da democracia e da liberdade acadêmica.

Em direção contrária, nossa história mostra que os períodos de declínio institucional são aqueles em que a instituição se insulou. Se recolheu. Estamos falando dos anos de decadência que progressivamente projetaram sua sombra sobre a instituição desde fins da década de 1930 até a segunda metade dos 70, quando a instituição retoma uma trajetória ascendente. De fato, os piores momentos coincidiram com uma situação de dissenso interno (que incluiu a ação de dirigentes afinados com um poder central contrário aos interesses institucionais) e com isolamento político. Nessas ocasiões, nos distanciamos de nossa função social. Perdemos nossa relevância para o país e para a sociedade. Perdemos prestígio enquanto interlocutores.

Não podemos nos enganar, a estratégia do silêncio nunca nos poupou de cortes orçamentários, perseguições e até mesmo da cassação política de 10 dos nossos cientistas no episódio conhecido como o Massacre de Mangueiras. Vale lembrar que, no período das cassações, a instituição estava praticamente de joelhos diante de um poder discricionário e isso não impediu que contra ela se perpetrasse as maiores injustiças.

Em uma perspectiva oposta, devemos lembrar que o projeto inaugurado por Oswaldo Cruz estava longe das ações que dele se esperavam. Na realidade, Oswaldo Cruz não contou, a princípio, com o apoio e a compreensão do Estado e da sociedade para erguer uma plataforma de ciência e tecnologia voltada para a saúde do país. Não contou com o apoio daqueles que depois aplaudiram os seus feitos.

Hoje estamos assistimos à popularização da ideia de que o Estado e suas instituições são por definição ineficientes e geradores de problemas no lugar de soluções. Que o mercado é o melhor alocador de recursos. Se difunde a ideia que o mercado é a solução para tudo. Uma ideia que esconde o Darwinismo social que responsabiliza os indivíduos pela situação de miséria em que se encontram. Uma ideia que desconhece condicionantes econômicos, históricos e culturais. Uma ideia que reduz tudo a uma relação de custo-benefício, passando por cima de qualquer valor que não seja a busca do lucro. Como servidores, estamos implicados na luta pela valorização do serviço público. A fragilização do Estado nos afasta do projeto civilizatório e nos expõe à barbárie, ao obscurantismo e ao subdesenvolvimento. O mercado nunca resolveu, e nunca resolverá, questões relacionadas ao exercício efetivo da cidadania. Ao contrário, muitos analistas apontam para uma crescente incompatibilidade entre a ideologia neoliberal e a democracia. Longe de uma luta meramente corporativa, estamos travando uma luta política que tem como centralidade a defesa de um projeto de país que tenha a democracia, a autonomia nacional, o bem-estar social, o fortalecimento do serviço público e a defesa do meio ambiente como elementos centrais de sua estratégia de desenvolvimento. Democracia e participação política são fatores fundamentais para conquistarmos melhores condições de vida, trabalho e remuneração.

Não obstante a nossa luta cotidiana pelo aprimoramento das condições de trabalho e da agenda corporativa, temos claro que o embate deve se dar também na esfera da política em seu sentido mais amplo. Cabe a todos nós, cidadãos, lutar para que o Estado promova e garanta as condições para o pleno

exercício da cidadania. Cabe também impedir a anulação do debate civilizado e plural pelo calar de vozes descontentes com os rumos assumidos pelo país. Como servidores públicos, temos o compromisso ético, moral e legal de agir nesse sentido. Não há possibilidade de exercício efetivo da cidadania sem um serviço público de qualidade.

Por outro lado, a saúde, nosso campo de trabalho, se revela como área fundamental para a defesa, e provimento, dos direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, e na criação do Sistema Único de Saúde dela decorrente. Nossa missão (institucional e sindical) inclui lutar pela melhoria dos determinantes sociais da saúde, tais como as condições de moradia, trabalho, educação e acesso aos bens e serviços produzidos pelos avanços nos campos da ciência e da tecnologia. Servidores e instituições do setor estão, portanto, particularmente implicados na construção e na defesa da democracia e dos direitos da cidadania em nosso país.

Nessa perspectiva, devemos, sim, definir parâmetros de atuação política. Devemos, sim, abrir o diálogo com partidos políticos, parlamentares, movimentos sociais e organizações da sociedade civil na defesa de nossos interesses e dos interesses da população. Devemos, sim, lutar pelo Estado de Direito e pela justiça. Devemos, sim, lutar contra a seletividade no provimento de direitos. Entretanto, isso não significa assumir um posicionamento partidário. Podemos, eventualmente, nos aproximar das posições de um ou de outro partido e assumir bandeiras do interesse do servidor público, da saúde e do país. Temos um compromisso com a defesa da democracia, da cidadania de fato, da soberania nacional, da ciência e tecnologia voltadas para as demandas sociais e para os interesses da nação.

Temos lado. Desse governo nada de bom se pode esperar. Trata-se de um governo antipovo e antinacional. Um governo a serviço do capital financeiro e de grandes conglomerados internacionais. Um governo a serviço da geopolítica norte-americana. Um governo que trabalha contra o Estado e o serviço público. Um governo que age contra os servidores, congelando salários, descumprido acordos e impondo medidas arbitrárias como a recente aprovação do remanejamento obrigatório. Não podemos ficar omissos. Não podemos ficar ao lado de quem negociou a soberania nacional ou cortou direitos. Não podemos ficar ao lado de quem trabalhou para a fragilização da CLT. Não podemos ficar ao lado daqueles que estão destruindo a capacidade do Estado brasileiro de enfrentar crises e salvaguardar os interesses da sociedade e do país. Não podemos ficar ao lado daqueles que impuseram o absurdo congelamento dos gastos e dos investimentos públicos por 20 anos (Emenda Constitucional 95) ao mesmo tempo em que se recusam a auditar a dívida pública que drena nossos recursos para os rentistas ou promover uma reforma tributária que desonere a massa de assalariados e o consumo de primeira necessidade ao mesmo tempo que passe a tributar heranças e dividendos. Uma reforma que sirva de instrumento para reduzir a brutal e iniqua concentração de renda em nosso país. Não podemos ficar ao lado daqueles que pretendem reformar a Previdência sem ouvir a população. Não podemos ficar ao lado daqueles que entregaram ativos nacionais de relevada importância estratégica como o pré-sal ou a Embraer. Não podemos ficar ao lado daqueles que pretendem entregar a Embrapa, a Eletrobrás, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e outras instituições estratégicas para a alavancagem do nosso desenvolvimento. Não podemos ficar ao lado de quem pretende entregar a Amazônia. Não podemos ficar ao lado de quem ataca o Estado e o servidor público. Estamos diante de um verdadeiro sequestro do Estado brasileiro. Um saque ao patrimônio acumulado pela nação brasileira. Precisamos urgentemente forjar um mínimo de coesão para enfrentamento de inimigos muito poderosos. Uma coesão que não silencie as diferenças, mas que faça avançar a mobilização e a construção de um projeto para o país.

Temos tanto direito de nos manifestar politicamente quanto a Fiesp. Por que não?

## EXPEDIENTE

■ DIRETORIA EXECUTIVA DA ASFOC - SINDICATO NACIONAL (E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br) • Paulo Henrique Scrivano Garrido (Paulinho) - Presidente • Mychele Alves - Vice-Presidente • Alcimar Pereira Batista - Diretor de Administração e Finanças • Luciana Pereira Lindenmeyer - Diretora Secretária-Geral • Gutemberg Brito - Diretor de Comunicação • Claudia Stutz Zubieta - Diretor de Articulação Regional • João Carlos B. R. de Freitas (Profeta) - Diretor Social e de Cultura • Washington Luis Mourão Silva - Diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos • Bruno Amorim de Souza - Diretor de Esportes ■ SUPLENTEs • Adilson da Hora Sampaio • Marcos Besserman • Carlos Fidelis Ponte • Sonia Pinho • Cláudia Maria Alexandre do Carmo ■ CONSELHO FISCAL • Luciana Frederico Milagres • Sonali da Silva Mota • Jorge Santos da Hora • Lindenberg Lins dos Santos • Carlos Henrique Viana Brito ■ DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO (Tel.: 21 2598-4231 Ramal 211 / E-mail: jornalismo@asfoc.fiocruz.br) ■ Gerência de Comunicação • Jesuan Xavier (Jornalista responsável) ■ Equipe • Fernando Taylor e Alessandra Monteiro de Castro (Jornalistas), Mario Cesar e Jorge Vieira ■ Fotografia • Jesuan Xavier • Fernando Taylor • Alessandra Monteiro de Castro • Mario Cesar ■ Impressão • Jorday Gráfica ■ Programação Visual • Mario Cesar

## CONTATOS ASFOC-SN

■ Sede da ASFOC-SN - Av. Bras il, 4.365 - RJ - CEP 21040-360 ■ Secretaria - 2598-4231 ■ Jornalismo - 2598-4231 (R. 211) ■ Odontologia - 2598-4333 ■ Jurídico - 2598-4231 (R. 214) ■ Seguros - 2598-4231 (R.218) ■ REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DA ASFOC-SN: ■ Pernambuco / CPq Aggeu Magalhães - (81) 2101-2533 ■ Minas Gerais - Belo Horizonte / CPq René Rachou - (31) 3349-7710 ■ Brasília - Distrito Federal - Fiocruz Brasília - (61) 3329-4612 ■ Bahia - Salvador / IGM Gonçalo Muniz - (71) 3356-6853 ■ Amazonas - Manaus / CPq Leônidas e Maria Deane - (92) 3621-2397 ■ Paraná - Instituto Carlos Chagas - (41) 3316-3225 ■ Ceará - (85) 3215-6450 ■ Mato Grosso do Sul - (67) 3346-4480 ■ Rondônia - (69) 3219-6000